



CONCURSO PÚBLICO

Prestação de Serviços de Silvicultura Preventiva para o
Ano 2021

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a- Objeto

Cláusula 2.^a - Contrato

Cláusula 3.^a - Prazo

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 4.^a - Obrigações principais do adjudicatário

Cláusula 5.^a – Local da execução da prestação de serviços

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.^a - Objeto do dever de sigilo

Cláusula 7.^a – Prazo do dever de sigilo

Secção II - Obrigações do Município de São Brás de Alportel

Cláusula 8.^a - Preço contratual

Cláusula 9.^a – Preço base

Cláusula 10.^a – Condições de pagamento

Cláusula 11.^a – Adiantamentos

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 12.^a- Penalidades contratuais

Cláusula 13.^a – Força maior

Cláusula 14.^a - Resolução por parte do contraente público

Cláusula 15.^a - Resolução por parte do adjudicatário

Cláusula 16.^a – Rescisão do contrato

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 17.^a- Execução da caução

Cláusula 18.^a- Outros encargos

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 19.^a- Foro competente

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.^a- Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 21.^a- Comunicações e notificações

Cláusula 22.^a- Contagem dos prazos

Cláusula 23.^a- Regulamento de proteção de dados

Cláusula 24.^a- Legislação aplicável



PARTE II - DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

Anexo I – Cláusulas Técnicas

Anexo II – Mapa com a Localização das Faixas a Intervencionar

Anexo III – Manual de Limpeza de Linhas de Água Elaborado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA)



PARTE I
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Prestação de Serviços de Silvicultura Preventiva para o Ano 2021, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 111 – B/2017, de 31 de agosto.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
 - b. Os esclarecimentos e retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

O contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato, entra em vigor após a data da assinatura do contrato e cessa a sua vigência no prazo de 45 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS



Secção I

Obrigações do adjudicatário

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de cumprir as datas que forem combinadas;
- b) Obrigação de continuidade da prestação de serviços;
- c) Obrigação de manter os preços válidos até ao término do contrato;
- d) Obrigação de sinalizar devidamente os trabalhos;
- e) Obrigação dos trabalhadores estarem devidamente equipados com o equipamento de proteção individual, apropriado para o trabalho a realizar;
- f) Obrigação, durante a realização dos trabalhos no período crítico, de as máquinas de combustão interna ou externa utilizadas (p.e. tratores, máquinas e veículos de transporte pesados) estarem dotadas dos seguintes equipamentos: um ou dois extintores de 6 Kg cada de acordo com a sua massa máxima e consoantes este seja inferior ou superior a 10.000 Kg salvo motosserras, motorroçadoras e outras pequenas máquinas portáteis; dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas, exceto no caso de motosserras, motorroçadoras e outras pequenas máquinas portáteis;
- g) Obrigação de paragem dos trabalhos com recurso a motorroçadoras, corta-matos e destroçadores, quando se verifique o índice de risco de incêndio rural de nível máximo, salvo se as motorroçadoras utilizem cabeças de corte de fio de *nylon*, não contando estas paragens para efeitos da contagem do prazo previsto.

Cláusula 5.^a

Local da execução da prestação de serviços

A prestação de serviços objeto do presente concurso será efetuada no Concelho de São Brás de Alportel, de acordo com o mapa em anexo.



Subsecção II
Dever de sigilo

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de São Brás de Alportel, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de São Brás de Alportel

Cláusula 8.ª

Preço Contratual

- 1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, custos associados à atividade em causa e os custos com o pessoal, nomeadamente salários, contribuições obrigatórias para a Segurança Social, seguros de acidentes de trabalho.



Cláusula 9.ª

Preço base

- 1 - O preço base do procedimento é de € 48.829,95, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor;
- 2 - O preço base corresponde ao valor máximo que o Município de São Brás de Alportel se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município de S. Brás de Alportel, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de S. Brás de Alportel das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Município de S. Brás de Alportel, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

Cláusula 11.ª

Adiantamentos

Não são admitidos pagamentos de adiantamento, por conta da prestação de serviços, de acordo com o artigo 293.º do C.C.P.

Capítulo III

Penalidades contratuais, incumprimento e resolução

Cláusula 12.ª

Sanções contratuais

- 1- Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o adjudicante notifica-o para as cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o adjudicante tenha perdido o interesse no fornecimento.

- 2- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o adjudicante pode exigir do adjudicatário, o pagamento de uma pena pecuniária, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$S = V * A / 365,$$



em que:

S: corresponde ao montante da sanção referente ao período em atraso,

VC: é igual ao valor do contrato e;

A: é o número de dias em atraso no fornecimento.

3- Os pagamentos das sanções previstas no número anterior são sujeitos a descontos na fatura não liquidada.

4 - As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual do fornecimento contratual a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



h) Execução de trabalhos não previstos no presente caderno de encargos e subsequente contrato.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de São Brás de Alportel pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;

1 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros;

2 - O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula n.º 20.º do presente documento.

3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de São Brás de Alportel, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 16.^a

Rescisão do Contrato

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

Capítulo IV

Caução e seguros



Cláusula 17.ª

Execução da caução

Uma vez que no presente procedimento não é exigido a apresentação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante, sempre que considerar conveniente, em situações resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, irá proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 18.ª

Outros Encargos

Todas as despesas derivadas do contrato são da responsabilidade do Adjudicatário.

Capítulo V

Resolução de Litígios

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 20.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Público, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

- 1 - Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
- 2 - Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo ou feriado em que os serviços da entidade adquirente, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 23.ª

Regulamento de proteção de dados

O adjudicatário obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado por Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto.



PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

ANEXO I - CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. Faixas de Gestão de Combustível (FGC) a intervencionar

As FGC a intervencionar, totalizando 88,38 ha, constantes neste procedimento concursal dividem-se em duas tipologias:

- FGC com uma largura de 10 metros para cada lado a partir da berma da estrada na faixa coincidente à FGC da rede primária, perfazendo cerca de 69,36 ha;
- FGC de aglomerado populacional com uma largura de 100 metros a norte da Tareja, com uma área estimada de aproximadamente 19,02 ha.

Em ambas as faixas deve se excluir a intervenção em:

- a) Improdutivos;
- b) Infraestruturas;
- c) Áreas de projetos de candidaturas com compromissos ativos;
- d) Áreas agrícolas com utilização recente.

Nas zonas identificadas em mapa como a intervencionar caso não seja possível realizar os trabalhos de silvicultura (p. ex pelos motivos acima indicados), os mesmos devem ser realizados o mais proximamente possível da faixa demarcada ou compensados, ajustando a intervenção às condições de operacionalidade e à ocupação do solo verificada no terreno.

Os trabalhos de silvicultura em ambas as faixas, quer na FGC da rede viária quer na FGC do aglomerado populacional, devem respeitar os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível, anexo ao DL n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, a saber:

Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:

- a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 /prct. da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 /prct. da altura da árvore



até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

- c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;
- d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

E ainda as copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciados no mínimo a 5 m de edificações.

Em casos específicos em que os mesmos se verifiquem devem ainda ser respeitadas as seguintes indicações:

a) Intervenções em linhas de água

Verificando-se *in loco* a existência de linhas de água, que apesar de não permanentes, aquando fenómenos de precipitação poderão apresentar um caudal substancial. Pelo que os trabalhos de gestão de combustível nessas zonas devem ter em consideração o anexo que indica como se deve fazer a “limpeza e desobstrução de linhas de água”, elaborado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e anexo à presente informação.

b) Intervenções em sobreiros e azinheiras

Verifica-se ainda a existência de sobreiros (*Quercus suber*) e de azinheiras (*Quercus rotundifolia*), em algumas zonas, informando-se que estas espécies são protegidas pelo DL n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo DL n.º 155/2004, de 30 de junho. Assim, os trabalhos devem ter em atenção as medidas de proteção a estas espécies, nomeadamente em termos de poda, abate e ainda restrições às práticas culturais. Resumidamente, qualquer intervenção em termos de poda e/ou abate de sobreiros ou azinheiras deve ser previamente pedida autorização à entidade competente. Em termos de restrições às práticas culturais, o artigo 16º, da legislação supramencionada refere que nos povoamentos de sobreiro ou azinheira não são permitidas:

- Mobilizações de solo profundas que afetem o sistema radicular das árvores ou aquelas que provoquem destruição de regeneração natural,
- Mobilizações mecânicas em declives superiores a 25%,
- Mobilizações não efetuadas segundo as curvas de nível, em declives compreendidos entre 10% e 25%;
- Intervenções que desloquem ou removam a camada superficial do solo.

Considera-se que os trabalhos deverão contemplar no mínimo:

- 1) Dois tratores, preferencialmente de lagartas (80hp -100hp) equipados com alfaia de corta-matos;
- 2) Quatro trabalhadores equipados com motorroçadoras;
- 3) Dois trabalhadores equipados como motosserra;
- 4) Trabalhadores para proceder à recolha, acondicionamento e transporte dos resíduos sobrantes;



- 5) Uma viatura de transporte;
- 6) Os sobrantes deverão ser preferencialmente destroçados e depositados no local, em alternativa transportados e entregues em local devidamente autorizado ou, em última opção reduzidos a cinza com recurso a queima (sujeito aos condicionalismos legais em vigor);
- 7) Os locais de trabalho deverão ser devidamente sinalizados;
- 8) Os trabalhadores deverão estar equipados com os equipamentos de proteção individual apropriados para o trabalho a realizar e de acordo com a avaliação de riscos para a atividade;
- 9) Deverá ser cumprida a legislação em vigor de segurança e higiene no trabalho.

2. Prazo

O prazo de execução será de 45 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3. Obrigações Principais do Prestador de Serviços

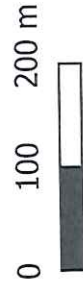
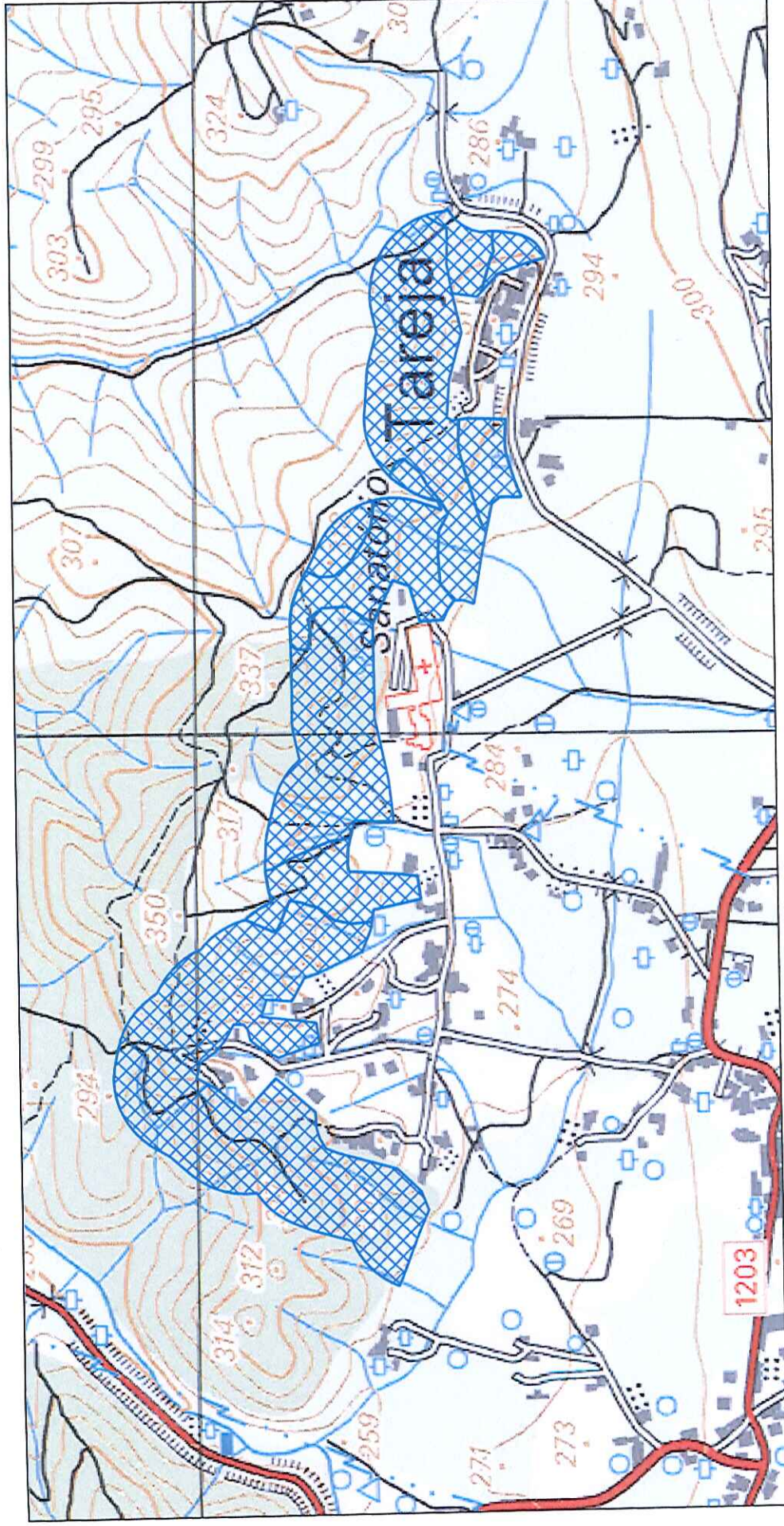
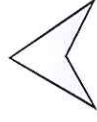
Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- h) Obrigação de cumprir as datas que forem combinadas;
- i) Obrigação de continuidade da prestação de serviços;
- j) Obrigação de manter os preços válidos até ao término do contrato;
- k) Obrigação de sinalizar devidamente os trabalhos;
- l) Obrigação dos trabalhadores estarem devidamente equipados com o equipamento de proteção individual, apropriado para o trabalho a realizar;
- m) Obrigação, durante a realização dos trabalhos no período crítico, de as máquinas de combustão interna ou externa utilizadas (p.e. tratores, máquinas e veículos de transporte pesados) estarem dotadas dos seguintes equipamentos: um ou dois extintores de 6 Kg cada de acordo com a sua massa máxima e consoantes este seja inferior ou superior a 10.000 Kg salvo motosserras, motorroçadoras e outras pequenas máquinas portáteis; dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas, exceto no caso de motosserras, motorroçadoras e outras pequenas máquinas portáteis;
- n) Obrigação de paragem dos trabalhos com recurso a motorroçadoras, corta-matos e destroçadores, quando se verifique o índice de risco de incêndio rural de nível máximo, salvo se as motorroçadoras utilizem cabeças de corte de fio de *nylon*, não contando estas paragens para efeitos da contagem do prazo previsto.



ANEXO II - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DAS FAIXAS A INTERVENCIONAR

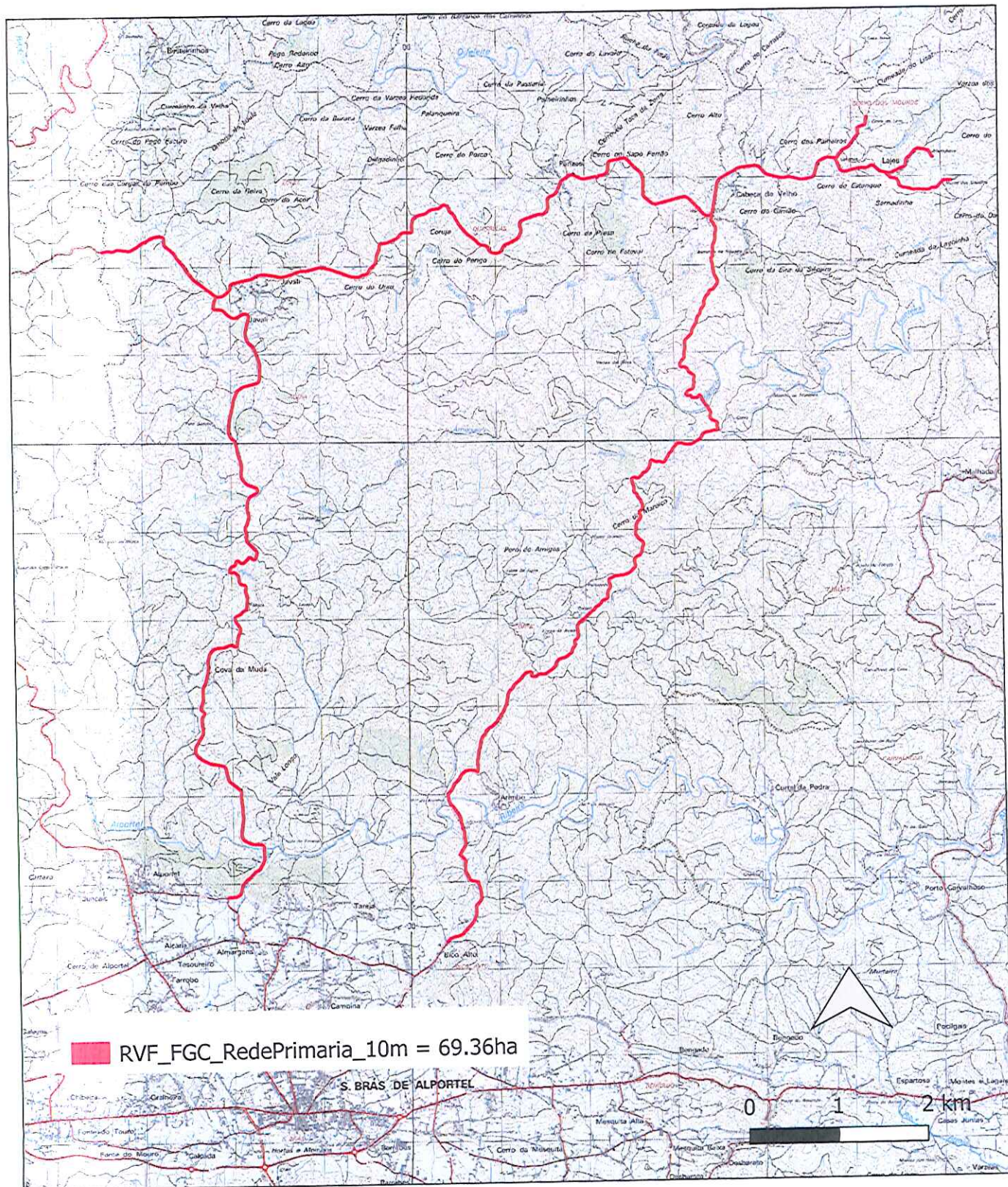
TRABALHO A EXECUTAR EM 2021 - DFCI Rede Secundária Aglomerados



FGC_Aglomerado_Almarginens_Tareja = 19.02ha

TRABALHO A EXECUTAR EM 2021 - DFCI

Rede Primária da Rede Viária





**ANEXO III - MANUAL DE LIMPEZA DE LINHAS DE ÁGUA ELABORADO PELA AGÊNCIA
PORTUGUESA DO AMBIENTE APA**



Os rios e as
ribeiras devem
apresentar um
bom estado
ecológico e
químico.

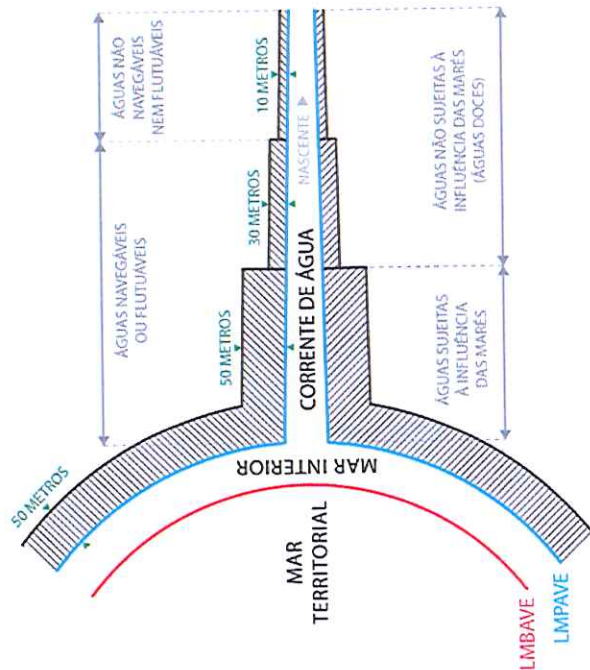
Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água

O novo enquadramento legal, regulado pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, deixou de considerar a **limpeza e desobstrução de linhas de água** como uma utilização. Não obstante, permanece a obrigatoriedade de o realizar, já que o artigo 33.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, prevê a limpeza e desobstrução dos álveos das linhas de água como uma das medidas de conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ribeirinhas e o n.º 5 do mesmo artigo estipula que estas medidas devem ser executadas sempre sob orientação da Agência Portuguesa do Ambiente através dos Departamentos de Administração de Região Hidrográfica (APA, I.P./ARH).

Área de intervenção

Estas ações realizam-se principalmente em linhas de água não navegáveis nem fluviáveis. A demarcação destas linhas de água realiza-se de acordo com os seguintes conceitos:

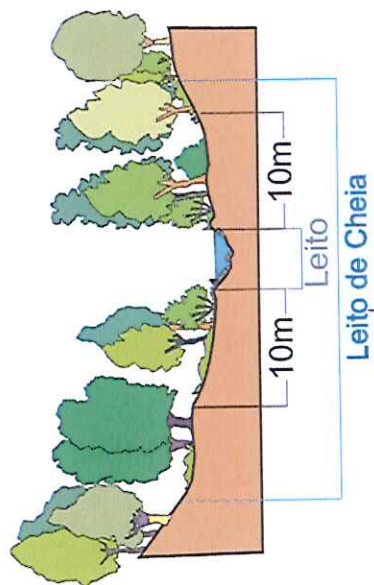
- Leito é o terreno coberto pelas águas em condições de cheias médias;
- Margem é a faixa de terreno, contígua ou sobranceira à linha de água, que limita o leito das águas com largura legalmente estabelecida.



LMBAVE – Linha da mínima baixa-mar de águas vivas equinociais
LMPAVE – Linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais

No entanto, existem situações em que a largura dos 50 m da margem se aplica para além do limite das águas sujeitas à influência das marés, como são os casos dos rios Douro e Minho, cuja totalidade dos troços em território nacional está sob jurisdição da autoridade marítima e portuária por constituírem águas navegáveis ou fluviáveis.

Nas linhas de água não navegáveis nem flutuáveis, incluindo linhas de água que secam temporariamente, a largura da margem é de 10m.



Uso das Margens

As margens ribeirinhas do domínio hídrico devem ser respeitadas, devendo, para tal, ser evitado(a):

- ✓ A linearização das margens;
- ✓ O corte total da vegetação e a contaminação agrícola;
- ✓ A ocupação total das margens por campos agrícolas;
- ✓ A construção de muros e a impermeabilização das margens;
- ✓ O vandalismo, as podas devastadoras e o corte da vegetação para o leito;
- ✓ A deposição de resíduos;
- ✓ A permanência de árvores caídas junto a passagens hidráulicas (pontes e pontões);
- ✓ O entubamento parcial ou total da linha de água;
- ✓ A rejeição de efluentes sem o tratamento adequado e a descarga de águas pluviais contaminadas;
- ✓ O corte total da galeria de vegetação ribeirinha;

- ✓ O corte total do substrato herbáceo e arbustivo;
- ✓ A erosão, a destabilização das margens e a ausência de ensombramento do leito.

O que é uma limpeza?

A limpeza é a desobstrução dos cursos de água e consiste na:

- ✓ Remoção de resíduos sólidos urbanos (i.e. sacos do lixo);
- ✓ Remoção de resíduos (construção e demolição, elétricos e eletrónicos, monos, pneus, entre outros);
- ✓ Remoção seletiva de material vegetal (árvores, ramos) que coloque em risco as infraestruturas hidráulicas existentes no curso de água (pontes, pontões, açudes).

Porquê fazer?

As ações de limpeza visam:

- ✓ Manter árvores e arbustos, e a respetiva estrutura radicular, não infestantes nas margens;
- ✓ Manter a vegetação herbácea dos taludes e a respetiva estrutura radicular;
- ✓ Permitir a utilização das águas;
- ✓ Garantir condições de escoamento dos caudais líquidos e sólidos (areia, lama e sedimentos) em situações hidrológicas normais ou extremas;
- ✓ Minimizar o risco para pessoas e bens em situações de cheia;
- ✓ Diminuir os riscos de erosão dos taludes e, consequentemente, o assoreamento das linhas de água.

Para que as linhas de água apresentem:

- ✓ Podas de formação seletivas, que potenciem a criação de sombra sobre o leito;
- ✓ Vegetação ribeirinha em contínuo ao longo das margens;

- ✓ Água e margens com boa qualidade;
- ✓ Traçado curvilíneo e com margens naturais ou naturalizadas;
- ✓ Biodiversidade no ecossistema.

Quem é o responsável?

A responsabilidade da execução das ações de limpeza e desobstrução é:

- ✓ Dos municípios, nos aglomerados urbanos;
- ✓ Dos proprietários, nas frentes particulares fora dos aglomerados urbanos;
- ✓ Dos organismos dotados de competência, própria ou delegada, para a gestão dos recursos hídricos na área, nos demais casos.

O que fazer?

Sempre que possível, os trabalhos devem ser acompanhados e fiscalizados por técnicos com formação ambiental adequada. Assim, a realização das referidas ações deve ser comunicada à Agência Portuguesa do Ambiente, através dos Departamentos de Administração de Região Hidrográfica (APA, I.P./ARH) territorialmente competentes, utilizando para o efeito a minuta disponível em www.apambiente.pt.

Quando as intervenções incidem em áreas protegidas (Áreas Classificadas e Rede Natura) é necessário um parecer prévio do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF, I.P.).

As entidades responsáveis pela fiscalização são as seguintes:

1. Agência Portuguesa do Ambiente, através dos Departamentos de Administração de Região Hidrográfica (APA, I.P./ARH)
2. Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA/GNR)
3. Câmaras Municipais / Juntas de Freguesia

O incumprimento da obrigatoriedade da realização destes trabalhos pode ser sancionado nos termos do artigo 25.º do regime das contraordenações ambientais aprovado pela Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de agosto. As coimas a aplicar são as seguintes:

	Negligência	Dolo
Pessoas singulares	€ 200 a € 1000	€ 400 a € 2000
Pessoas coletivas	€ 3000 a € 13000	€ 6000 a € 22500

Como fazer?

Os trabalhos de limpeza e desobstrução devem:

- ✓ Realizar-se de jussante para montante;
- ✓ Efetuar-se manualmente ou com equipamentos de corte ligeiro (p.e. motosserras, moto-roçadoras), evitando-se o uso de meios mecânicos pesados;
- ✓ Realizar-se do modo mais rápido e silencioso possível;
- ✓ Ocorrer, sempre que possível, antes do período das chuvas e fora da época de reprodução da avifauna e ictiofauna locais;
- ✓ Preservar a vegetação e fauna autóctone características da região, promovendo, sempre que possível, a plantação de espécies autóctones;
- ✓ Remover a vegetação exótica e invasora existente no leito e margens;
- ✓ Efetuar-se numa margem de cada vez;
- ✓ Incluir a realização de cortes e podas de formação da vegetação existente, de forma a garantir o ensombramento do leito;
- ✓ Evitar o corte total da vegetação;
- ✓ Evitar a remoção da vegetação fixadora das margens;
- ✓ Manter a geometria da secção e não linearizar a linha de água;
- ✓ Ter uma periodicidade entre 2 a 3 anos, para permitir intervenções mais ligeiras;
- ✓ Permitir que o material retirado possa ser separado e valorizado;
- ✓ Sempre que possível, as intervenções deverão ser efetuadas de forma conjunta e em coordenação com os diversos proprietários.

Situação	O que fazer?
Existência de espécies como: Salgueiro (<i>Salicaceae</i>); Freixo (<i>Fraxinus</i>); Choupo (<i>Populus alba</i>); Amieiro (<i>Alnus glutinosa</i>); Tamargueira (<i>Tamarix africana</i>); Tabuas (<i>Typha latifolia</i>); Loendro (<i>Nerium oleander</i>); Nenúfar	Espécies a preservar.
Resíduos no leito e margens (pneus, construção e demolição, monos, elétricos e eletrónicos)	Recolher os resíduos e encaminhar para o destino final mais adequado (aterro).
Material vegetal no leito (ramos e árvores caídos)	Remover o material vegetal e, se possível, valorizar ou encaminhar para local apropriado fora da margem.
Matagais de canas (<i>Arundo donax</i>) ou de silvas (<i>Rubus sp.</i>) nas margens	Cortar vegetação. No caso de matagais de canas, desde que salvaguardada a estabilidade do talude, é permitida a remoção de raizame, bem como, a aplicação de glifosato após corte, em plantas com 0,5 - 1 m.
Vegetação infestante no leito, sem acumulação excessiva de sedimento	Destroçar e utilizar no controlo de erosão (cobertura do solo) ou na valorização agrícola (incorporação no solo).
O rio tem vegetação herbácea com acumulação de sedimentos	Verificar condições de escoamento e avaliar junto da APA, I.P. a necessidade de intervir e a forma de atuação.
Vegetação herbácea e arbustiva no leito	Informar e avaliar junto da APA, I.P. a necessidade de intervir e a forma de atuação.
Leito obstruído com sedimentos e vegetação	Verificar as condições de escoamento e avaliar junto da APA, I.P. a necessidade de remover ou deslocar a vegetação para as margens.
Acumulação de sedimentos e vegetação no leito e/ou é necessário o corte total da vegetação da margem (canas e silvas), sendo necessário para tal, recorrer a maquinaria pesada	Submeter requerimento para extração de inertes no SILiAmb ou com impresso próprio no atendimento dos departamentos regionais da APA, I.P.
Leito com estrutura(s) que impede(m) o escoamento	Informar e avaliar junto da APA, I.P. a necessidade de intervir e a forma de atuação.
Rombos nas margens	Informar e avaliar junto da APA, I.P. a necessidade de intervir e a forma de atuação.
Polição visível: cheiro e aspeto	Informar SEPNA e APA, I.P.